

Começa divisão no PMDB: saem 8

Telefoto de Luiz Antônio

BRASÍLIA — “Não cabe mais recurso a esta sentença?”, perguntou o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, na última tentativa de reter os oito Deputados da bancada mineira, que, na noite de ontem, anunciaram seu desligamento da legenda, a ser formalizada hoje com um pronunciamento do Deputado Pimenta da Veiga. O próprio Pimenta respondeu com um seco “não” e Ulysses deu por encerrado o assunto, lamentando a debandada de peemedebistas.

Os Deputados mineiros, que comunicaram sua decisão a Ulysses, são: Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Otávio Elísio, Ziza Valadares, Mauro Campos, Roberto Brant, Célio de Castro e Pimenta da Veiga.

Nas audiências que concedeu ontem, o Presidente do PMDB ouviu muitas quixas e ameaças de abandono da legenda. Ulysses voltou a insistir que estes assuntos deveriam ser deixados para a Convenção do partido, marcada para o final de abril e que coincidiria com o final dos trabalhos na Constituinte.

Ontem foi um dia de muitas reuniões internas do grupo de peemedebistas parlamentaristas e que votaram pelo mandato de quatro anos nas disposições permanentes. Pefelistas, como o Secretário Geral do partido, Saulo Queiroz (MS), e o Deputado Jaime Santana (MA) participaram de algumas delas. Eles lideram um pequeno grupo do PFL que tem discutido a possibilidade de se unirem aos rebeldes peemedebistas numa legenda social-democrata, mas houve apenas conversas preliminares.

Dos 305 Constituintes com que chegou ao Congresso, o PMDB conta hoje com 296. Nove trocaram de legenda e por estimativas, que oscilam entre 40 e 60 parlamentares, Deputados e Senadores ameaçam seguir o mesmo caminho ou fundar uma legenda própria. É o caso do Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), patrocinador de muitos dos encontros de ontem, mas que permanece indeciso. Fernando Henrique vem namorando a possibilidade de seguir para o PSB, ou ingressar na legenda que o “Movimento da Unidade Progressista” ao longo dos trabalhos da Constituinte vem anunciando fazer.

Ontem, Fernando Henrique disse que vai esperar pela votação das Disposições Transitórias, que definirão um mandato de quatro ou cinco anos para o Presidente Sarney. Caso seja aprovado o mandato presidencial de quatro anos, ele avalia a hipótese de permanecer no PMDB; se forem confirmados os cinco anos, sairá do partido.

Os Deputados Fernando Lyra, Cristina Tavares e Harlam Gadelha, da bancada pernambucana, também anunciam para breve seu desligamento do PMDB e o ingresso numa nova legenda social-democrata. Pelas contas deles, este partido abrigaria cerca de 40 Deputados e Senadores. Eles acreditam que aos integrantes do MUP, idealizadores deste partido, irão se juntar alguns “históricos” do PMDB e até mesmo dissidentes do PFL. Além deles, ameaçam deixar o PMDB, por divergências doutrinárias e ideológicas, o Senador Gérson Camata e a Deputada Rita Camata.



Fernando Henrique, à esquerda, preside uma reunião de peemedebistas que pretendem formar outro partido

Quércia acha que partido manterá a coesão

SÃO PAULO — O Governador Orestes Quércia não acredita que a aprovação do presidencialismo com cinco anos cause um “racha” no PMDB. Segundo ele, “os peemedebistas permanecerão unidos porque a democracia significa a vitória da maioria”. Incluindo-se entre os “históricos” do partido, o Governador de São Paulo afirmou que o resultado da votação é uma demonstração da força política do Presidente Sarney.

O Governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, também afastou a possibilidade de uma divisão no partido, mas condenou as declarações do Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que criticara a ofensiva dos Governadores em favor do presidencialismo. Melo disse que os comentários do Senador “merecem ser criticados por todos os setores da sociedade”.

O Governador, que retornou ontem a Natal após acompanhar a vo-

tação em Brasília, classificou de irresponsáveis as notícias de que o Presidente Sarney estaria liberando mais verbas para os Governadores partidários do presidencialismo e do mandato de cinco anos.

— Isso é uma inverdade. O Presidente, para conseguir a redução do déficit público, determinou ao Banco Central a proibição de todo tipo de financiamento aos Estados e Municípios — disse Melo.

Bloco de apoio a Sarney tem 304 votos

BRASÍLIA — O bloco parlamentar de apoio ao Governo Sarney tem de 261 a 304 integrantes no plenário da Constituinte. O número maior corresponde aos que votaram a favor do mandato de cinco anos. Os 261 são parlamentares de diversos partidos que votaram no sistema presidencialista e no mandato de cinco anos.

O maior contingente para a formação da bancada governista é fornecido pelo PMDB. O partido contribuiu com 128 parlamentares que votaram tanto no sistema quanto na duração do mandato. Repetindo 99 votos nas duas votações, o PFL é a segunda agremiação a engrossar o bloco. Logo após vem o PDS que, sem ser integrante do Governo, o apoiou com 17 dos seus 36 votos nas duas vezes em que teve de fazer opção.

O PMDB contribuiu, também, com a maioria dos líderes. Dois deles são formais: o Líder no Senado, Saldanha Derzi (MS) e o Líder na Câmara, Carlos Sant’Anna (BA). O partido deu o Deputado encarregado das previsões dos votos, Daso Coimbra (RJ), e o pendular “Centro-Democrático”, com seus vários líderes, como Marcos Lima (MG), Expedito Machado (CE) e Basílio Villani (PR). Membro do grupo, o Ministro da Saúde, Borges da Silveira, voltou ao plenário esta semana para cabalar votos.

No PFL, o comando pelo presidencialismo com cinco anos se confunde com as lideranças do Centrão. Estão nesse caso o Líder José Lourenço (BA) e seu Vice-Líder, Inocêncio de Oliveira (PE). Os Deputados Ricardo Fiuza (PE), Gilson Machado (PE) e Luís Eduardo Magalhães (BA) foram apoiados pelo Senador Edson Lobão (MA), amigo da família Sarney.



Expedito: “Centro” garante apoio

No PDS, onde a grande maioria votou pelos cinco anos, as contribuições comuns ao mandato e ao sistema de governo também incluíram os notáveis do partido: os Líderes no Senado, Jarbas Passarinho, e na Câmara, Amaral Neto, além dos Senadores Virgílio Távora (CE) e Roberto Campos (MT).

O bloco governista conquistou muitos ex-Governadores de Estado. Como Gérson Camata (PMDB-ES), Júlio Campos (PFL-MT) e Divaldo Suruagy (PFL-AL).

Entre os ex-Ministros do atual Governo, porém, o quadro é inverso. Os Senadores Marco Maciel (PE), Joaquim Francisco (PE), e Afonso Camargo (PR) são presidencialistas com quatro anos. O Senador Jorge Bornhausen (SC) e o Deputado Fernando Lyra (PE) apoiam o parlamentarismo com quatro anos.

Sistema agrava a divisão entre peemedebistas do Rio

Após a escolha do sistema de governo e do tamanho ao mandato dos próximos Presidentes da República, as divisões internas na bancada federal do PMDB fluminense tornaram-se ainda mais nítidas. Se dependesse exclusivamente dos peemedebistas do Rio, o parlamentarismo seria aprovado pela estreita margem de sete votos contra seis dados ao presidencialismo. Na realidade, houve um empate entre os 12 Deputados federais, decidido com o voto parlamentarista de Nelson Carneiro.

Já quanto à duração do mandato, o bloco dos que disseram não aos cinco anos foi engrossado com o voto de Flávio Palmier da Veiga, fiel aliado do Governador Moreira Franco. Por um mandato de cinco anos, votaram cinco Deputados — Aloysio Maria Teixeira, Daso Coimbra, Denisar Arneiro, Gustavo Faria e Jorge Leite. Contra esta proposta ficaram outros sete: Artur da Távola, Márcio Braga, Miro Teixeira, Paulo Ramos, Ana Maria Rattes, Ronaldo César Coelho e Flávio Palmier. O oitavo voto contrário aos cinco anos foi o do Senador Nelson Carneiro.

Apesar de ter tido encontros com alguns Constituintes às vésperas da votação, o Governador Moreira Franco não se movimentou a fim de que o sistema presidencialista — que julga adequado ao País — prevalecesse. O único voto que refletiu, com exatidão a sua postura, foi o de Flávio Palmier: presidencialismo com quatro anos.

Um dos votos presidencialistas da bancada ilustra o movimento oscilante entre um e outro sistema de governo verificado à última hora. Se-



Daso Coimbra: apoio aos 5 anos

mama passada, o Deputado Denisar Arneiro, empresário do setor rodoviário, anunciara numa reunião da bancada a sua disposição de apoiar o parlamentarismo-já com cinco anos. Terça-feira, ele acabou votando na emenda presidencialista.

A confirmação do presidencialismo na Constituinte poderá acelerar o processo de defecções na bancada. Integrante do MUP (Movimento de Unidade Progressista), onde deixou o PMDB é tema sempre em pauta, Paulo Ramos deve ser o primeiro a se bandear para outro partido. Ramos estaria hesitante entre um sigla minúscula, o PMN provavelmente — neste caso para disputar a Prefeitura do Rio — o PSB e o futuro partido no qual se abrigará a chamada esquerda independente.

O PFL também se fracionou na escolha do sistema de governo e da duração do mandato. Dos sete Deputa-



Miro Teixeira: eleições neste ano

dos do partido, cinco apoiaram o presidencialismo — Arolde de Oliveira, Francisco Dornelles, Nelson Sabrá, Simão Sessim e Rubem Medina — e dois o parlamentarismo: Osmar Leitão e Sandra Cavalcanti. O outro voto parlamentarista foi o do Senador Afonso Arinos. Já na definição do mandato, três pefelistas apoiaram os cinco anos — Arolde de Oliveira, Nelson Sabrá e Rubem Medina — e quatro outros negaram o voto a esta proposta: Francisco Dornelles, Osmar Leitão, Sandra Cavalcanti e Simão Sessim.

Apesar de o PL ter-se definido pelo presidencialismo, não houve consenso na sua bancada quanto a questão: dois Deputados optaram pelo parlamentarismo — José Carlos Coutinho e Oswaldo Almeida — e os três restantes pelo presidencialismo: Alvaro Valle, Adolfo de Oliveira e José Luiz de Sá.

Comissão adaptará texto ao sistema

BRASÍLIA — Uma comissão integrada pelo Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e por Líderes partidários e de grupos promoverá a adequação do texto já aprovado pelo plenário ao sistema presidencialista de governo. A informação foi divulgada ontem por Cabral, que disse ser esta “a única saída” para que o presidencialismo possa ser mantido no País.

Esta comissão será encarregada de corrigir as imperfeições da emenda Humberto Lucena sobre presidencialismo e as incoerências produzidas pelo fato de todo o texto do Centrão e da Comissão de Sistematização ter sido redigido com base no regime parlamentarista.

Segundo Bernardo Cabral, a criação deste grupo começou a tomar forma ontem, quando surgiram os problemas de adequação do texto diante de algumas imperfeições técnicas apontadas na emenda presidencialista de Humberto Lucena. O Relator informou que foi o próprio Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, quem deu a ideia para a formação da comissão. A partir de hoje, Ulysses manterá contatos com os Líderes para discutir a composição do grupo.

Só 4 Estados não votaram pelo regime presidencial

BRASÍLIA — O sistema presidencialista foi vitorioso em todas as bancadas estaduais, à exceção de quatro — as de Alagoas, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Teve apoio unânime na do Rio Grande do Norte e conseguiu mais de 60% dos votos nas maiores bancadas — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O Ministro da Administração, Aluizio Alves, tem motivos para comemorar: na bancada do Rio Grande do Norte, o placar foi de 11 a zero para o presidencialismo. E na terra do Presidente Sarney, os esforços do Governador Epitácio Cafeteira renderam bons frutos: dos 21 Constituintes, somente seis apoiaram a mudança no sistema de Governo.

Bom resultado também foi obtido por outro amigo do Presidente, Tasso Jereissati, do Ceará, em cuja bancada o escore foi de 18 a 7. E Miguel Arraes, de Pernambuco, também foi recompensado na caça ao voto: 17 dos 27 Constituintes do Estado votaram no presidencialismo.

Nas bancadas nordestinas houve apenas duas exceções — as de Alagoas e Bahia, onde o parlamentarismo foi majoritário: oito dos 12 Constituintes de Alagoas queriam mudar o regime de Governo, assim como 24 dos 42 da Bahia. Nas bancadas dos Estados do extremo-sul — Santa Catarina e Rio Grande do Sul — a vitória parlamentarista pode ser atribuída, em grande parte, à tradição local de defesa deste sistema.

Em São Paulo, com a contribuição maciça dos “quercistas”, o resultado foi de 38 a 24 pró-presidencialismo, com abstenção de Ulysses Guimarães. E em Minas, o esforço do Governador Newton Cardoso resultou em 35 votos, contra 19 dados ao parlamentarismo.

A bancada do Rio, apesar de os três Senadores — Afonso Arinos, Nelson Carneiro e Jamil Haddad — serem convictos parlamentaristas, garantiu resultado amplamente favorável ao presidencialismo: 34 votos a 14, um desfecho devido, em grande parte, ao peso das bancadas do PDT e do PT no Estado.

Ibsen revela que era favorável aos 4 anos

BRASÍLIA — O Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), não estava no plenário durante a votação do mandato presidencial, na sessão de anteontem da Constituinte. Ontem, ele tentava justificar, com certo embaraço, sua ausência. Acabou revelando o que vinha escondendo desde que assumira a Liderança: era favorável aos quatro anos.

Ibsen se justificou assim: os que votaram a favor de que o mandato fosse destacado do texto da emenda Humberto Lucena (PMDB-PB) apoiavam os quatro anos. Ele votara a favor do pedido de destaque.

Como cabia aos defensores dos cinco anos garantir os 280 votos necessários à sua aprovação, sua ausência na votação do mérito, diminuindo o quorum, era na prática um voto contra. Os anais da Constituinte, porém, registram somente que ele não esteve presente.